A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Élia Cristina Viegas Pedro.

Data de nascimento — 30 de Dezembro de 1971.

Habilitação académica — licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade do Algarve, concluída em 1994.

Actividade profissional:

Realizou um estágio no NERA — Associação Empresarial da Região do Algarve, no âmbito do Programa Jovens Técnicos para a Indústria, de Junho de 1994 a Fevereiro de 1995, tendo desempenhado funções no Gabinete de Apoio ao Empresário;

De Abril de 1995 a Outubro de 1997 esteve integrada na Direcção Regional da Administração Autárquica da CCR Algarve, tendo desempenhado as seguintes tarefas: apoio às autarquias no âmbito da contabilidade e contas de gerência, análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito da cooperação técnica e financeira, análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito do SIR — Sistema de Incentivos Regionais, participação nas reuniões da comissão de selecção do SIR como representante da CCR Algarve;

De Outubro de 1997 a Outubro de 2003 esteve integrada na estrutura de apoio técnico do RIME — Regime de Incentivos às Microempresas, na CCR Algarve, onde executou as seguintes tarefas: apoio aos promotores e demais entidades intervenientes no sistema de gestão do RIME, análise de candidaturas, acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas, tratamento de dados para apoio à gestão do RIME, análise de situações de incumprimento e preparação de processos de rescisão de contratos de concessão de incentivos;

De Outubro de 2003 a Fevereiro de 2004 esteve integrada na Direcção Regional da Administração Local da CCDR Algarve, onde desempenhou as tarefas de análise e acompanhamento de candidaturas no âmbito da cooperação técnica e financeira do Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva;

De Fevereiro de 2004 a Maio de 2005 exerceu funções na Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros da CCDR Algarve, tendo assumido, a partir de 1 de Abril de 2004, a responsabilidade técnica pelas áreas de aprovisionamento e património e de expediente e arquivo, onde entre outras desempenhou as seguintes tarefas: organização de processos de aquisição de bens e de serviços e de empreitadas de obras públicas, nos termos da legislação em vigor, garantir a manutenção das instalações e dos equipamentos, gestão do parque automóvel, gestão e distribuição dos produtos de economato, organização e actualização do inventário dos bens móveis e imóveis, assegurar a recepção, classificação, expedição e arquivo do expediente da CCDR, garantir a circulação interna dos documentos e estudar, promover e coordenar as acções referentes à racionalização, normalização e simplificação dos procedimentos e circuitos administrativos;

Desde Maio de 2005 exerce funções de chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de substituição, na CCDR Algarve.

Formação (mencionadas as acções de frequência mais recente):

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública — de 8 de Maio a 30 de Julho de 2006;

Seminário de alta direcção — de 7 a 11 de Novembro de 2005;

Curso de saúde, higiene e segurança no trabalho — Outubro de 2004;

Curso de regime jurídico de aquisição de bens e serviços — Fevereiro de 2004;

Curso de regime jurídico de empreitadas de obras públicas — Fevereiro de 2004.

Despacho n.º 13 496/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o licenciado Carlos Alberto Louro das Neves Cardoso possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Sistemas de Informação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o licenciado Carlos Alberto Louro das Neves Cardoso, técnico superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Carlos Alberto Louro das Neves Cardoso.

Data de nascimento — 5 de Maio de 1971.

Habilitação académica — licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade do Algarve, concluída em 1994.

Actividade profissional (resumo):

De Fevereiro de 1995 a Outubro de 1997, exerceu funções como técnico superior na Divisão de Estudos Regionais e Estatística da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

De Outubro de 1997 a Dezembro de 2000, exerceu funções como técnico superior na Divisão de Estudos, Formação e Administração Autárquica da Direcção Regional da Administração Autárquica, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

De Janeiro a Agosto de 2001, exerceu funções de chefe da Divisão do Planeamento da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

Desde Setembro de 2001, desempenha funções de chefe da Divisão de Apoio Técnico e Sistemas de Informação, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Formação (mencionadas as acções de frequência mais recente):

Hardware, redes e comunicações — Novembro de 2003;

Instalação e configuração do sistema operativo Windows 2000 — Novembro de 2003;

SAD — seminário de alta direcção, INA — Novembro de 2005.

Despacho n.º 13 497/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Maria da Conceição David Calado possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Avaliação Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a licenciada Maria da Conceição David Calado, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — Maria da Conceição David Calado, nascida a 17 de Junho de 1953, em Lisboa, Portugal.

Formação académica — bacharelato em Planeamento Biofísico pela Universidade de Évora (1979) e licenciatura em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora (1990).

Formação complementar — além de diversas acções de formação na sua área de formação académica, de ordenamento do território e avaliação de impacte ambiental, frequentou com aproveitamento o curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, do Instituto Nacional de Administração, com a duração de cento e vinte horas, em Dezembro de 2006.

Actividade profissional:

Ensino — de 1983 a 1985, professora provisória na Escola Preparatória D. Afonso III, Faro, e Preparatória de Olhão, tendo leccionado as disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática.

Actividades nas áreas de Ordenamento do Território e Avaliação de Impacte Ambiental:

De 1981 a 1983 desempenhou funções na Reserva Natural da Ria Formosa, tendo executado como principais tarefas a caracterização biofísica da bacia hidrográfica da Reserva Natural da Ria Formosa, além da emissão de pareceres sobre implantação de loteamentos urbanos, construções isoladas, equipamentos turísticos e pisciculturas na área da Reserva Natural da Ria Formosa;

De 1984 a 1985 desempenhou funções na Reserva Natural da Ria Formosa, tendo executado como principais tarefas o desenvolvimento da base biofísica de suporte ao Plano de Ordenamento e Desenvolvimento da Reserva Natural da Ria Formosa (PODE) e a colaboração na redacção final do relatório do PODE publicado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA), em 1985;

De 1985 a 1986 desempenhou funções na Delegação Regional do Algarve da Direcção-Geral do Ordenamento, tendo como principais tarefas a colaboração na demarcação da Reserva Ecológica Nacional (REN) da faixa litoral do Algarve, a emissão de pareceres sobre operações de loteamento, aldeamentos turísticos, unidades hoteleiras, construções isoladas, equipamentos e infra-estruturas viárias, com especial incidência nos concelhos de Albufeira e Silves;

De 1987 a 1991 desempenhou funções na Comissão de Coordenação da Região do Algarve, na Direcção Regional de Ordenamento do Território, nomeadamente na emissão de pareceres sobre operações de loteamento, aldeamentos turísticos, unidades hoteleiras, construções isoladas, equipamentos e infra-estruturas em toda a Região do Algarve;

De 1992 a 2001 desempenhou funções na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve, executando como principais tarefas o acompanhamento da elaboração e propostas de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), executadas pelas equipas dos Planos Directores Municipais, representação da DRARN nas reuniões da CNREN, nas comissões técnicas de acompanhamento de planos de ordenamento do território e, além da emissão de pareceres, assegurou a coordenação e participação em comissões de avaliação de estudos de impacte ambiental e comissões de acompanhamento de obra relativos a projectos de empreendimentos turísticos, docas de recreio, campos de golfe, infra-estruturas rodoviárias, barragens, florestações e pedreiras;

Desde Abril de 2001 exerce o cargo de chefe da Divisão de Avaliação Ambiental, da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território — Algarve, posteriormente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Despacho n.º 13 498/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o mestre António José Conde Búzio Sampaio Ramos possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Estudos Regionais da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o mestre António José Conde Búzio Sampaio Ramos, técnico superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Identificação:

Nome — António José Conde Búzio Sampaio Ramos;
Naturalidade — Leiria;
Data de nascimento — 2 de Dezembro de 1966.

2 — Formação académica:

Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Julho de 1996;

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, variante de Geografia Humana, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Julho de 1991.

3 — Outra formação relevante — curso de formação profissional Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) — Instituto Nacional de Administração (INA).

4 — Situação na carreira profissional:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve:
2005 — nomeado chefe da Divisão de Estudos Regionais em regime de substituição;

2005 — passou a exercer funções nessa Comissão Regional, na Direcção de Serviços de Planeamento e Prospectiva;

2004 — passou a exercer funções nessa Comissão Regional, na Direcção de Serviços de Gestão e Ordenamento do Território;

2002 — ingressou no quadro dessa Comissão Regional, por transferência;

2001 — passou a exercer funções nessa Comissão Regional, em regime de requisição, na Direcção de Serviços de Planeamento e Prospectiva;

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo — 2004-2005 — nomeado adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo, em comissão de serviço.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

2000 — foi admitido em concurso externo de ingresso para técnico superior, para assegurar a coordenação do Gabinete de Informática (técnico superior de 2.ª classe);